



11º Encontro Internacional de Política Social 18º Encontro Nacional de Política Social

Tema: Entre o capital e a vida: questão social,
crise ambiental e resistências

Vitória, ES, Brasil, 18 a 20 de agosto de 2026

Eixo: Classe trabalhadora e mundo do trabalho

A moralização da precarização: discurso religioso, alienação e trabalho

Vinicius Antunes Reis¹

Danielle Luzie Leite Toledo²

Resumo: Este artigo analisa o papel do discurso religioso na naturalização da precarização do trabalho no capitalismo contemporâneo. A partir de Karl Marx, especialmente suas noções de ideologia, alienação e crítica da religião, em diálogo com outros teóricos, investiga-se como formas simbólicas participam da construção da subjetividade do trabalhador. Parte-se da compreensão de que o trabalho é estruturado por relações de exploração baseadas na extração de mais-valia, disciplina do tempo e controle da atividade produtiva. Contudo, essas condições não são vividas de forma imediata, sendo mediadas por sistemas ideológicos que reorganizam seu sentido. Assim, a precarização pode ser interpretada como flexibilidade, oportunidade ou exigência individual. A alocação religiosa conservadora atua nesse processo ao atribuir valores morais positivos ao trabalho, como sacrifício e recompensa futura, ressignificando a exploração como vocação ou missão.

Palavras-chave: discurso religioso; precarização do trabalho; ideologia; alienação; subjetivação.

The moralisation of precarization: religious discourse, alienation and work

Abstract: This article analyzes the role of religious discourse in the naturalization of labor precarization in contemporary capitalism. Drawing on Karl Marx, especially his notions of ideology, alienation, and critique of religion, and in dialogue with others, it investigates how symbolic forms participate in the construction of workers' subjectivity. It is based on the understanding that labor is structured by relations of exploitation grounded in surplus value extraction, time discipline, and control over productive activity. However, these conditions are not experienced directly, as they are mediated by ideological systems that reorganize their meaning. Thus, precarization can be interpreted as flexibility, opportunity, or individual responsibility. Conservative religious discourse operates in this process by attributing positive moral values to work, such as sacrifice and future reward, re-signifying exploitation as vocation or mission.

Keywords: religious discourse; labor precarization; ideology; alienation; subjectivation.

1 Introdução

A análise das transformações contemporâneas do mundo do trabalho exige a compreensão das mediações simbólicas que participam da construção de conceitos atribuídos às relações laborais. No capitalismo atual, marcado por intensificação da exploração, instabilidade e flexibilização das formas de emprego, a precarização do

¹ Doutorando do Programa de Pós-graduação em Política Social da Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT). viniciusa.reisss@gmail.com.

² Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Política Social da Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT). danieluzietoledo@gmail.com.

trabalho não se apresenta apenas como fenômeno econômico, mas também como experiência socialmente interpretada e subjetivamente vivida. Os sistemas de significado desempenham papel central na forma como os indivíduos compreendem sua inserção nas interações produtivas.

Partindo das contribuições de Karl Marx, especialmente suas noções de ideologia, alienação e crítica da religião, este artigo compreende que as formas de consciência estão vinculadas às condições materiais de existência, sendo produzidas a partir das relações sociais de produção. O trabalho, nessa concepção, não é apenas atividade econômica, mas uma questão social atravessada por mecanismos de exploração, disciplina do tempo e apropriação do excedente produzido pelo trabalhador. Entretanto, essas determinações estruturais não se apresentam de forma imediata na experiência cotidiana, sendo frequentemente reinterpretadas por mediações ideológicas que reorganizam seu significado.

O objetivo deste artigo, então, é analisar como essa retórica conservadora participa da naturalização da precarização do trabalho, contribuindo para a produção de formas de subjetivação que transformam condições estruturais de exploração em experiências socialmente aceitas e moralmente legitimadas. Dessa forma, busca-se evidenciar a articulação entre ideologia, alienação e produção de sentido no interior do trabalho no capitalismo contemporâneo.

2 Desenvolvimento

A reflexão sobre as formas de poder, trabalho, dominação e ideologia tem sido central para o pensamento social desde os teóricos clássicos da sociologia. Partindo da perspectiva de Marx (2013), onde trabalho não aparece como uma atividade neutra ou meramente econômica, mas como uma relação profundamente marcada por formas de disciplina, controle e extração de valor, a organização trabalho revela que a lógica do capitalismo não se fundamenta na simples troca entre equivalentes, mas na apropriação do excedente produzido pelo trabalhador, o que estrutura a própria dinâmica da exploração e da precarização.

Em contextos de aprofundamento das contradições estruturais do capitalismo, perspectivas conservadoras tendem a ganhar maior adesão social, pois conseguem dialogar com experiências concretas vividas pelos indivíduos em uma sociedade marcada pelo isolamento e pela fragmentação das relações coletivas. Entre os impactos mais significativos está justamente o enfraquecimento dos mecanismos de solidariedade entre os trabalhadores, expresso tanto na perda de força das organizações sindicais quanto na redução de espaços públicos de convivência e sociabilidade nas periferias e bairros populares (HOEVELER; CARDOSO, 2022).

Nesse sentido, a disciplina do trabalho não decorre de valores morais espontâneos ou de uma ética abstrata do esforço individual. Ela é produzida pelas próprias relações de produção, que exigem a organização sistemática do tempo, do corpo e da atividade humana. A forma histórica assumida por essa organização implica a fragmentação do tempo e sua submissão às necessidades de valorização do capital, de modo que o trabalhador não controla o ritmo de sua atividade, mas é inserido em uma estrutura que define integralmente quando, como e por quanto tempo deve produzir, de acordo com Hoeveler e Cardoso, 2022:

O conservadorismo existiu desde pelo menos a primeira revolução burguesa, na Inglaterra no século XVIII; e em uma América Latina marcada pela ferida colonial catequizada, pela altíssima desigualdade social, e pelo autoritarismo histórico, ganha contornos específicos. (HOEVELER; CARDOSO, 2022, p. 5)

Nesse sentido, a análise rompe com a tradição idealista ao afirmar que não são as ideias que determinam a realidade social, mas, ao contrário, são as condições materiais de existência que produzem as ideias, as representações e as formas de consciência. A vida social concreta, marcada pelas relações de produção e pela organização do trabalho, constitui o fundamento a partir do qual se erguem as diversas formas ideológicas, entre elas a religião, a moral, o direito e a filosofia (MARX; ENGELS, 2005).

Assim, a extração de mais-valor não se limita ao campo econômico, mas estrutura a vida social como um todo, pois organiza a experiência cotidiana do trabalho sob condições de subordinação, instabilidade e dependência. Da mesma forma, a intensificação da jornada, a padronização das tarefas e o controle rigoroso da produtividade são expressões diretas dessa lógica, que naturaliza formas cada vez mais agudas de precarização (MARX 2013).

Diante do avanço da questão social provocado pelas transformações do capitalismo industrial e das novas configurações do mundo do trabalho, a Igreja Católica buscou redefinir sua atuação política e social, ampliando sua influência sobre os debates relacionados às condições de vida da classe trabalhadora. Em um contexto no qual a Igreja havia perdido parte significativa de sua autoridade política e de seus privilégios históricos, a renovação institucional tornou-se uma estratégia fundamental para sua permanência e fortalecimento na sociedade moderna.

Nesse cenário, a publicação da encíclica *Rerum Novarum*, pelo Papa Leão XIII, representou um marco importante ao formular críticas aos impactos sociais da modernidade secularizada e ao reposicionar a Igreja diante dos conflitos entre capital e trabalho. A partir desse documento, a instituição passou a orientar de forma mais sistemática suas práticas sociais e sua intervenção na questão social (SILVA, 2005).

É nesse ponto que o discurso conservador pode ser compreendido como uma forma decisiva de mediação ideológica, atuando na produção de sentidos que tornam essas condições socialmente aceitáveis. Ao associar o trabalho a valores como sacrifício, obediência, mérito individual e recompensa futura, frequentemente deslocada para uma dimensão transcendental, essa retórica contribui para transformar relações estruturais de exploração em imperativos morais. Conforme Silva (2005):

Mesmo sustentada ideologicamente em perspectivas doutrinárias que favorecem precisamente ao capital, a encíclica já sinalizava, negando ou aprovando direitos tidos alguns hoje enquanto conquistas dos trabalhadores e denominados direitos sociais. Neste ponto da mensagem papal a encíclica começa por negar o direito de greve porque provoca danos às classes sociais que devem viver em perfeita comunhão, admitindo a necessidade do descanso semanal remunerado, condicionando tal direito à prática da religião e às exigências do trabalho desempenhado; estabelece a diferença entre o trabalho da mulher e da criança. Para a mulher, o apropriado é o trabalho doméstico e para a criança deve-se respeitar a idade adequada para seu ingresso no mercado de trabalho; reconhece ainda a necessidade de se fixar o salário para suprir as necessidades do homem e sua família (SILVA, 2005, p. 136).

Além disso, a família passou a ocupar um lugar central na articulação entre o pensamento conservador e a isso perpassa até a contemporaneidade e na lógica neoliberal, funcionando como elo entre valores morais conservadores e as práticas econômicas do neoliberalismo. Ainda que o neoliberalismo se fundamente teoricamente no individualismo, sua efetivação concreta depende fortemente da instituição familiar como espaço de sustentação da reprodução social capitalista.

Isso ocorre porque, diante da retração do Estado e da diminuição das responsabilidades coletivas sobre a proteção social da classe trabalhadora, inclusive daqueles em situação de desemprego ou impossibilitados de trabalhar, a família e, muitas vezes, as instituições religiosas tornam-se os principais espaços de apoio e sobrevivência social (HOEVELER; CARDOSO, 2022).

Então, a exploração no espaço laboral se revela como elemento estrutural do capitalismo e não como resultado de justificações conservadoras, morais ou religiosas. No entanto, tais justificações desempenham papel central na construção de consentimento, ao conferir sentido e legitimidade a formas de trabalho marcadas pela dominação da força de trabalho e pelas condições negativas,

A religião nesse ínterim, não cria a exploração, mas contribui para sua naturalização ao convertê-la em experiência inteligível e subjetivamente suportável. Se para os conservadores a religião é um valor fundamental, para os neoliberais, a religião é o Deus Mercado; e aos homens resta adaptar-se a essa realidade inescapável (HOEVELER; CARDOSO, 2022).

A noção de ideologia aparece, assim, como elemento central da análise. As ideias dominantes em uma sociedade são, em cada época, as ideias da classe dominante, o que significa que os sistemas de pensamento não são neutros, mas expressam e legitimam jogos de poder historicamente situadas. Essa dinâmica opera ao apresentar como universais e naturais interesses que são, na realidade, particulares, contribuindo para a manutenção da ordem social vigente. Nesse processo, as contradições materiais que estruturam a sociedade são obscurecidas ou reinterpretadas de modo a parecerem inevitáveis ou legítimas, dificultando a percepção crítica por parte dos indivíduos inseridos nessas relações (MARX; ENGELS, 2005).

Esse esboço pode ser observado quando a desigualdade social é interpretada como algo “natural” ou “vontade divina”, em que a pobreza é entendida como provação espiritual e não como resultado de situações econômicas desiguais. Dessa forma, situações de exploração deixam de ser questionadas e passam a ser vistas como parte de uma ordem justa ou necessária, o que contribui para a aceitação da realidade social tal como ela é.

Destarte, o viés religioso segue oferecendo consolo e legitimando a ordem existente, desviando o olhar do trabalhador da estrutura econômica que o oprime. Conforme Marx, a crítica à religião é, portanto, inseparável da crítica às estruturas sociais e econômicas que geram sofrimento:

A miséria religiosa constitui ao mesmo tempo a expressão da miséria real e o protesto contra a miséria real. A religião é o suspiro da criatura oprimida, o ânimo de um mundo sem coração, assim como o espírito de estados de coisas embrutecidos. Ela é o ópio do povo. A supressão [Aufhebung] da religião como felicidade ilusória do povo é a exigência da sua felicidade real. A exigência de que abandonem as ilusões acerca de uma condição é a exigência de que abandonem uma condição que necessita de ilusões. A crítica da religião é, pois, em germe, a crítica do vale de lágrimas, cuja auréola é a religião. (MARX e ENGELS, 2005, p. 151).

A relação entre ideologia e trabalho é particularmente relevante nessa formulação. Uma vez que a produção da vida material constitui a base da organização social, é no âmbito do trabalho que se estruturam as relações fundamentais entre os indivíduos. No entanto, essas relações não são vividas de maneira transparente, sendo mediadas por representações que as interpretam e justificam, atribuindo-lhe significados que vão além de sua dimensão material, como dever moral, vocação ou expressão de ordem natural. Tais significados, embora experimentados como legítimos, estão enraizados em uma determinada configuração histórica das relações de produção.

Por essa ótica, a ligação entre ideologia e precarização do trabalho não se expressa como uma doutrinação consciente, mas como um processo estrutural em que as relações materiais são interpretadas e vividas como naturais, o que não precisa ser explicitamente nomeada como violência ou exploração para ser incorporada, podendo aparecer como flexibilidade, oportunidade ou adaptação. Esses termos não são neutros, mas expressam formas ideológicas de organizar e dar sentido à experiência do trabalho.

A precarização do trabalho não se apresenta imediatamente como forma negativa, mas como exigência de adaptação às transformações do mundo produtivo. Elementos como instabilidade, intensificação de jornadas e insegurança econômica podem ser reinterpretados dentro de um horizonte que valoriza a resiliência, o esforço e a capacidade de superação. O que é estruturalmente precário passa a ser vivido como etapa necessária de crescimento ou mérito pessoal, o que não elimina a exploração, mas reorganiza seu sentido.

O discurso conservador dentro dos templos pode, então, atuar como decisiva na produção dessa naturalização. A instabilidade deixa de ser compreendida como produto de uma situação e passa a ser interpretada como provação e missão divina.

Cria-se um mecanismo entre a realidade objetiva do trabalho e sua vivência subjetiva. Mesmo diante da intensificação da exploração, esses elementos podem ser reinterpretados como virtudes, reforçando a aceitação das condições. O trabalhador não apenas se adapta às transformações do trabalho, mas passa a se compreender por meio delas, internalizando valores como disciplina, produtividade e responsabilidade individual. Esse processo desloca a compreensão das condições sociais para o plano da escolha pessoal, obscurecendo seu caráter estrutural (MARX, 2005).

A contribuição marxiana permite compreender que essa naturalização não é acidental, e o quanto parte do próprio funcionamento da vida social, na qual a produção das condições materiais de existência implica também a produção das formas de consciência que permitem sua reprodução.

Marx desenvolve uma formulação mais profunda sobre a experiência do trabalho sob o capitalismo ao analisar a alienação como elemento central da condição do trabalhador. Nessa perspectiva, o trabalho deixa de ser compreendido apenas como atividade produtiva e passa a ser entendido como uma forma de relação social que, sob determinadas condições históricas, produz um distanciamento entre o indivíduo e sua própria atividade vital (MARX, 2004).

A alienação não aparece como fenômeno psicológico isolado, e sim como uma estrutura objetiva que emerge das relações de produção. Essa análise permite compreender que o trabalho, sob o capitalismo, não se apresenta como realização plena do sujeito, mas como experiência de estranhamento. O sentido da atividade produtiva não é definido pelo trabalhador, mas pelas condições externas que organizam a produção e a apropriação dos resultados do trabalho. Assim, aquilo que deveria ser expressão da vida humana torna-se uma atividade que se volta contra o próprio indivíduo, reduzindo-o a um meio de sobrevivência (MARX, 2004).

É a partir dessa formulação que se pode compreender como a alienação não se limita à esfera econômica, mas se estende à produção de sentidos sobre o próprio trabalho. O trabalhador não apenas perde o controle sobre sua atividade, mas também sobre a forma como essa atividade é significada socialmente. Nesse ponto, diferentes

sistemas simbólicos entram em jogo na organização da experiência subjetiva do trabalho, podendo atribuir-lhe preceitos que não correspondem às suas condições materiais efetivas.

Assim, a tensão entre alienação, caridade e vocação revela diferentes formas simbólicas que participam da constituição da subjetividade do trabalhador, sendo o discurso conservador um dos elementos principais na transformação da alienação em experiência socialmente legitimada.

A religião aparece, assim, como expressão de um mundo invertido, no qual as contradições sociais não são resolvidas materialmente, mas deslocadas para o plano simbólico. Nesse processo, ela oferece inteligibilidade a uma realidade marcada por formas concretas de sofrimento, funcionando como resposta à experiência cotidiana da exploração. Dessa forma, não se trata de uma causa das distorções sociais, mas de um reflexo delas, isto é, de uma forma de elaboração simbólica de condições materiais objetivas (MARX, 2004).

É nesse contexto que se insere a caracterização da religião como “suspiro da criatura oprimida”, “coração de um mundo sem coração” e “ópio do povo” (MARX, 2004). Essas formulações indicam uma ambivalência fundamental. A religião expressa o sofrimento real, mas ao mesmo tempo contribui para torná-lo suportável. Ela denuncia simbolicamente a dor social, ao mesmo tempo em que a reorganiza de modo a permitir sua aceitação subjetiva. Ela não apenas reflete a alienação, mas participa de sua estabilização ao deslocar para o plano espiritual a resolução de contradições que são, em sua origem, materiais e históricas.

Assim, a crítica ao conservadorismo religioso constitui apenas o ponto de partida de uma crítica mais ampla, voltada às estruturas sociais que tornam essas formas simbólicas necessárias. Não basta eliminar as ilusões, pois elas são produzidas a partir de relações sociais concretas que permanecem intocadas enquanto não forem transformadas. A superação da religião depende, portanto, da transformação das condições materiais que produzem alienação e sofrimento, deslocando o foco da análise da consciência para a realidade social efetiva.

No debate contemporâneo, Brown (2019 p. 91) indica como o neoliberalismo não só naturaliza desigualdades sociais e de gênero, mas também legitima a responsabilização individual frente a estruturas que, na realidade, são injustas ou

desiguais afirmando que “os princípios comumente aceitos de um povo, das normas raciais até as religiosas, podem ser protegidos legitimamente da interferência do Estado e podem governar legitimamente a conduta”.

A autora analisa criticamente o neoliberalismo, apontando como ele não apenas reorganiza a economia, mas também reconfigura as esferas política, moral e social. Elas destacam que discursos de autoridade, religiosidade e valores conservadores moldam comportamentos individuais e coletivos, consolidando uma lógica de responsabilidade individual pelo sucesso ou fracasso, em detrimento da justiça social.

Por esta ótica, é possível examinar, também, que no Brasil certas práticas e narrativas externas, muitas vezes advindas de centros de poder globais, acabam sendo internalizadas, moldando políticas públicas, condutas sociais e estruturas de exclusão.

Essa reprodução de ideologias externas pode se manifestar, por exemplo, na adoção de modelos econômicos neoliberais que justificam a precarização do trabalho e a desigualdade social como consequências naturais da “responsabilidade individual”, legitimando a marginalização de grupos historicamente vulneráveis. Além disso, discursos moralizantes e conservadores importados de outros contextos reforçam padrões de comportamento e de valores que hierarquizam a sociedade, criando mecanismos simbólicos e institucionais de controle sobre determinadas populações. Analisando o eixo de transformação de subjetividades, na lógica neoliberal, o cidadão é responsabilizado pelo seu destino, legitimando políticas de austeridade, flexibilização do trabalho e precarização social.

Essa perspectiva evidencia a intersecção entre economia, cultura e moral e como essas dimensões influenciam diretamente as formas de exercício do poder e de exclusão social, reforçando a ideia de que o neoliberalismo atua simultaneamente sobre as estruturas econômicas e sobre os imaginários sociais (DARDOT E LAVAL, 2016).

3 Considerações finais

A análise desses processos, quando articulada com a perspectiva marxista, permite compreender como discursos políticos e religiosos conservadores legitimam a flexibilização e precarização do trabalho, e a absorção de valores que acabam naturalizando a perda de direitos e a intensificação dessa exploração. Observa-se como tais discursos se articulam às práticas de moral conservadora e religiosidade,

influenciando o imaginário social e legitimando novas formas de subordinação laboral.

A lógica da atualidade funciona como vetor de disseminação desses discursos, promovendo uma lógica em que o sucesso individual é responsabilizado apenas ao trabalhador, ao mesmo tempo em que estruturas de poder permanecem inalteradas. Essa articulação entre religião, conservadorismo, neoliberalismo e plataformas exemplifica a continuidade de um padrão histórico de dominação, adaptado às novas condições do capitalismo na era digital. Ao integrar os clássicos do pensamento sociológico com análises contemporâneas sobre neoliberalismo, trabalho precarizado esta articulação constrói busca compreender como discursos políticos e religiosos não apenas moldam valores morais e sociais, mas também legitimam práticas nocivas ao indivíduo e reproduzem novas formas de alienação.

Dessa forma, a compreensão do trabalho moderno exige considerar simultaneamente sua dimensão estrutural e sua dimensão simbólica. A primeira evidencia os mecanismos de exploração e estranhamento; a segunda mostra como tais mecanismos são vividos e interpretados pelos sujeitos.

É precisamente na tensão entre alienação e vocação, entre coerção e sentido, que se torna possível compreender a complexidade das formas contemporâneas de organização do trabalho e o papel dos sistemas, especialmente religiosos, na produção de subjetividades compatíveis com a sua reprodução. Apenas como atividade estranhada, mas como prática que pode ser investida de significado subjetivo e legitimidade moral.

Referências

ANTUNES, R. **Trabalho intermitente e uberização do trabalho no limiar da indústria 4.0**. In: ANTUNES, R (Org). *Uberização, trabalho digital e indústria 4.0*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2020, p.11-22.

BROWN, Wendy. **Nas ruínas do neoliberalismo**: a ascensão da política antidemocrática no Ocidente. São Paulo: Politeia, 2019.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

HOEVELER, Rejane Carolina; CARDOSO, João Victor de Oliveira. **Conservadorismo, neoliberalismo e políticas sociais na contemporaneidade latino-americana**. *Temporalis*. Número 43. 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/temporalis/article/view/38107/25299>

MARX, Karl. **Crítica da filosofia do direito de Hegel**. Introdução. São Paulo: Boitempo, 2010.

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos de 1844**. São Paulo: Boitempo, 2004.

MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. Livro I. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2005.

SILVA, Ivone Maria Ferreira. **A formação histórica da questão social no Brasil e sua vinculação com o Serviço Social**: uma viagem incompleta, mas repleta de emoções! Tese de Doutorado em Serviço Social. São Paulo: Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da PUC/SP, 2005. (Capítulo 6 e 7).